



A intersecção de identidades sociais: breves apontamentos para a Educação Musical

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SIMPÓSIO temático: Práxis de formação em música na atualidade: múltiplas abordagens, contextos e perspectivas

Vânia Beatriz Müller

Universidade do Estado de Santa Catarina - vania.muller@udesc.br

Resumo. Este trabalho propõe refletir sobre a importância de se interseccionar as chamadas identidades sociais (de Classe, Gênero, Raça, Geração, Religião, Geração e Sexualidades) como possíveis categorias de análise, em pesquisas de contextos de Educação Musical. A perspectiva aqui trazida é da Antropologia Feminista, a partir da categoria de Gênero e Sexualidades. Esta submissão se caracteriza, portanto, em uma contribuição teórico-conceitual, acreditando ser pertinente na formação de educadores/as musicais e pesquisas em práticas musicais e pedagógico-musicais.

Palavras-chave. Pesquisa em Educação Musical. Interseccionalidade de Identidades Sociais. Gênero e Sexualidades.

Title. Intersectionality of social identities: is it a useful category of analysis in contexts of Music Education?

Abstract. This work proposes to reflect on the importance of intersecting the so-called social identities (of Class, Gender, Race, Generation, Religion, Generation and Sexualities) as possible categories of analysis, in researches of Musical Education contexts. The perspective brought here is from Feminist Anthropology, from the category of Gender and Sexualities. This submission is characterized, therefore, in a theoretical-conceptual contribution, believing to be relevant in the training of musical educators and research in musical and pedagogical-musical practices.

Keywords. Intersectionality of Social Identities. Music Education Research. Gender and Sexualities.

1. Introdução

Na esteira dos chamados temas emergentes na área de Educação Musical – menciono como exemplo, o recente *I Fórum de Temas Emergentes da Educação Musical Brasileira*¹ – este trabalho trata das identidades sociais de Classe, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Religião, Geração e Sexualidades como possíveis categorias de análise, em pesquisas na Educação Musical. Assim como a constituição multidisciplinar da área nos faz galgar distintos campos teórico-conceituais, gostaria de problematizar com os pares da área de Educação Musical no presente Simpósio Temático, os atuais desafios epistemológicos do uso das mencionadas categorias, bem como contribuir com uma reflexão política sobre a interseccionalidade das identidades sociais, na análise de nossos contextos brasileiros, tão diversamente constituídos histórica e culturalmente. Me parece fértil abordar na ambiência multidisciplinar da Educação Musical, debates e reflexões que se deram dentro do Feminismo, quando este movimento buscava, exatamente, a delimitação epistemológica do

campo Estudos de Gênero – no meio acadêmico e na militância, estendendo-se à sexualidade humana.

Um caminho foi percorrido, com a participação de diferentes áreas do conhecimento, desde quando o conceito “Gênero” era entendido como sexo – marcando o quê e como é o corpo da mulher, denominando-o “feminino” e o quê e como é o corpo do homem, denominando-o “masculino” – até os “descobrimientos” de que gênero e sexo são coisas diferentes; que nem sexo nem gênero determinam, necessariamente, a sexualidade; que tanto o sexo, como o gênero e como a sexualidade, se configuram e reificam a configuração, na e a partir da cultura; e, ainda, que em cada sujeito esse processo se dá em uma regulação singular, na medida em que os diferentes aspectos que compõem a sexualidade se interseccionam com outros marcadores sociais, a classe, a etnia, a geração e, até com “os gêneros”, “os sexos” e as sexualidades, a partir de como são percebidos num determinado contexto, tempo e lugar.

A antropologia feminista tem imensa contribuição nesse percurso traçado por debates e pesquisas que, ao problematizar o conceito de Gênero – desde quando ele somente servia para marcar sujeitos de “mesmo sexo” e os de “sexo diferente” – revelaram a incoerência e impossibilidade – eu acrescentaria, desumanidade – da fixidez de “identidades sexuais”. A seguir, teço alguns comentários relacionados a três viéses temáticos que, a meu ver, têm participação importante no desenvolvimento da compreensão da sexualidade humana, que hoje encontramos entre autoras/es feministas e dos Estudos de Gênero. Estes pontos são: o conceito pós-estruturalista de sujeito; a noção de Agência e a interseccionalidade das identidades sociais. Esta é, portanto, uma abordagem teórico-conceitual, disposta a refletir no presente Simpósio sobre a viabilidade de seus usos e a pertinência, ou não, na Educação Musical.

2. O Sujeito pós-estruturalista

Além das ficções ‘fundacionistas’ que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum. Ao invés de um significante estável a comandar o consentimento daquelas a quem pretende descrever e representar, *mulheres* – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade. (BUTLER, 2003, p. 20)

Com essas palavras, no início do livro *Problemas de Gênero*, Judith Butler demonstra a falsa unicidade, que existiria em um sujeito universal, idealizado pelo Iluminismo, chamando atenção para as implicações que isso acarreta ao feminismo, ao ter que lidar com o sujeito de seu próprio movimento de emancipação, a mulher. Porque, “se alguém

‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (Butler, id., ibid.). Ou seja, a luta feminista que denunciava a opressão da mulher, não tinha mais um só sujeito e sim, uma diversidade de sujeitos que, por sua vez, reivindicavam o direito às diferenças de orientação na sexualidade, bem como o direito de não ter sobre si nenhum rótulo que fixasse a identidade ou a atrelasse à sexualidade.

Uma base teórica que fundamenta essa visão de Judith Butler, e também a de muitas autoras no movimento e na produção teórica feminista é o pós-estruturalismo que, a partir da Filosofia de Michel Foucault e Derrida, principalmente, dissemina para muitas outras áreas do conhecimento, a crítica a qualquer verdade absoluta e a qualquer essencialismo. Assim, além da luta contra a subordinação das mulheres, o feminismo, a partir da década de 60 inclui em sua pauta política a desconstrução de “verdades” como a heteronormatividade, a relação direta gênero/reprodução, a denúncia do falocentrismo e a heterossexualidade compulsória; e realizam, significativa militância e investigações teóricas em Estudos Gays e Lésbicos, que vieram a se constituir, também, em um campo particular importante dentro dos Estudos de Gênero e do Feminismo.

Com o pós-estruturalismo fundamentando as investigações e os argumentos do Feminismo e dos Estudos de Gênero, as formas e processos de subjetivação humana são de interesse central na desconstrução de paradigmas cristalizados e totalizantes, e a singularidade dos sujeitos é valorizada. O foco na subjetividade acontece, principalmente pelo interesse em compreender como se dá no sujeito o processo de genereificação, e se algo é imposto a ele ou não, a partir dos padrões hegemônicos para gênero e sexualidade. Na área da antropologia, as questões de Henrietta Moore são exemplos do foco na subjetividade:

Como os indivíduos se tornam sujeitos marcados por gênero? Como vêm a ter representações de si mesmos como mulheres e homens? Como vêm a fazer representações dos outros e a organizar suas práticas de modo a reproduzir as categorias, discursos e práticas dominantes? O que exatamente as categorias e discursos dominantes determinam? A que nível operam? Alguém realmente acredita identificar-se de todo coração com as categorias dominantes de gênero de sua própria sociedade? (Moore, 2000, p. 18).

Nessa direção, sempre atenta para negar qualquer origem natural na sexualidade humana, ou seja, caracteristicamente pós-estruturalista, Judith Butler, (2003) propõe a pergunta: “Ser mulher constituiria um ‘fato natural’ ou uma performance cultural, ou seria a ‘naturalidade’ constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas?” (p. 8-9). Para poder responder a esse tipo de questão, fundamentada na *Genealogia da Moral*, de Nietzsche, Butler

propõe a crítica genealógica; a que “recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica; [...] a tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória” (p. 9). A autora propõe uma teoria performativa de “[...] atos de gênero que rompem as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, ocasionando sua re-significação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária” (id., p. 11).

A noção de *performatividade* é uma das contribuições de Judith Butler em *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*, onde tematiza a construção social do sujeito e das identidades afirmando que “[...] as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos”. Mas a performatividade também se dá como mecanismo de resistência e subversão da ordem hegemônica na regulação sexual. Essa capacidade de resistência é estudada por Sherry Ortner em *Making Gender: The politics and erotics of culture*, (1996), ao propor o estudo de gênero através da *teoria da agência*, que relaciona o poder de coerção da estrutura com o poder e as formas de agência do sujeito. Também apoiada em Michel Foucault, Jacques Derrida e Louis Althusser, a autora busca conhecer os mecanismos de resistência, de negociação, de prestígio e poder, e como é regulada a sexualidade do sujeito nas relações sociais, considerando este, o sujeito pós-estruturalista, no qual a identidade – e portanto, a sexualidade - tem aspectos múltiplos e às vezes ambíguos. Nas palavras de Moore, o conceito pós-estruturalista de sujeito é aquele, segundo o qual, “os indivíduos assumem várias posições de sujeito dentro de diferentes discursos e práticas. Assim, sujeito singular não equivale a um indivíduo singular. O sujeito existe como um conjunto de posicionamentos e subjetividades múltiplas e contraditórias” (Moore, 2000, p. 23). Porém, este contraditório ou paradoxal é o próprio sujeito pós-estruturalista, o sujeito é *o lugar* das diferenças, as diferenças constituem o sujeito (sujeito internamente diferenciado) e o sujeito é constituído no(s) e pelo(s) discurso(s) (id. Ibid.). O que *parece* paradoxal ou contraditório é a forma humana de constituir-se, caracteristicamente em relações de poder através das quais ela/ele vai se configurando entre o social e o individual.

Garcia Vasquez, um estudioso de Foucault, sistematiza os três âmbitos da constituição do sujeito, indicados na obra de Foucault:

- a) através das formas de saber que objetivam o sujeito, convertendo-o em domínio do conhecimento;
- b) através de técnicas de poder (v.g. práticas de internamento, disciplina, doutrinação, confissão) que individualizam os seres humanos e perfilam sua identidade,

colocando-a em pares opostos: louco *versus* são, normal *versus* patológico, delinqüente *versus* cidadão honrado; c) através de práticas que os seres humanos utilizam para modelar suas próprias vidas. Estes procedimentos não os inventam aleatoriamente os sujeitos; são técnicas aprendidas culturalmente, mas, diferentemente das anteriores mencionadas (técnicas de poder, saberes objetivadores), não são empregadas por uma autoridade alheia, e sim o sujeito mesmo as põe em andamento para dar forma e sentido à sua existência. (VASQUEZ, 1995, 37)

Judith Butler traz com outras palavras¹ o que Foucault teoriza na letra c, acima, sobre a localização da fonte de poder: “O poder, que em princípio, aparece como externo, exercendo pressão sobre o sujeito, pressionando o sujeito para a subordinação, assume uma forma psíquica que constitui a identidade do sujeito (Butler, 2001, p. 13). Essa noção, de como a subalternidade “ocupa” a identidade é produzida no sujeito, a meu ver, é de definitiva importância quando estudamos interseccionalidade de marcadores sociais, considerando estes como fontes de poder.

3. Interseccionalidade² & Agência

Hoje, parece consenso no Feminismo e nos Estudos de Gênero em geral, que a opressão de gênero e das sexualidades são somente duas das instâncias de desigualdade na mútua imbricação de um conjunto de diferenças, como classe, etnia, geração, religião, gênero e sexualidades, nas quais se encontra desigualdades. O que quero argumentar aqui é sobre a importância de se considerar o gênero e a sexualidade interseccionados com outros marcadores sociais, por dois fatores: primeiro, pelo caráter polimórfico das fontes do poder e, segundo, pela grande possibilidade do poder de agência dos próprios sujeitos, em situação de opressão ou não, ser usado na reprodução de discursos e práticas opressivas e/ou de subalternidade.

Segundo Elias:

¹ Henrietta Moore (2000) também demonstra ir ao encontro da teoria de Foucault, ao observar que a identidade de gênero tem determinantes inconscientes, determinantes subjetivos e determinantes sociais e que ela não é passivamente adquirida pela socialização. A autora sinaliza que não é em torno de antinomias, determinações hierárquicas e aceitação de categorias culturais que devem girar análises de configuração de identidade de gênero e sexualidades. Ela sugere observar a mútua construção do/entre indivíduo e o social; a identidade de gênero deve ser investigada como enigma subjetivo, pois que diz respeito ao indivíduo/sujeito, e também, como enigma coletivo social/cultural. (Moore, 2000).

² Esclareço que, neste trabalho/apresentação, não abordo a teoria de Kimberlé Crenshaw, que passou a ser referência em “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum: feminism in the law: theory, practice and criticism*, Chicago, v. 1989, p. 139-167. Neste breve texto para o presente congresso, a abordagem de interseccionalidade está circunscrita a mecanismos sócio históricos mais abrangentes, se aproximando bem mais, a interseccionalidade aqui, do “caráter polimórfico das fontes do poder” ELIAS, 1982).

Comumente se simplifica o problema apresentando uma só forma das fontes de poder de que dispõem os homens, como a forma militar ou econômica, como a *fonte de poder* a que pode reduzir-se toda forma possível do exercício do poder. Mas assim justamente se oculta o problema. As dificuldades conceituais que se estabelecem quando se trata o problema do poder descansam no *caráter polimórfico das fontes do poder*. (ELIAS, 1982, p. 109)

Cada instância de marcadores sociais tem suas distinções e formas próprias de incidência na vida dos sujeitos, mas só exerce poder em função da rede de interdependências que potencializa a erupção de diferentes características de determinado sujeito. As conexões podem estar articuladas entre si em co-incidência ou em franca oposição, ou sem manifestar-se explicitamente, o que não implica em inexistência de relação. É no enredamento, no “processo de entramado” onde Elias (1982, p. 96) vê a possibilidade de entender e explicar a sucessão de práticas onde várias partes estão em interdependência.

As mensagens que circulam a partir das instâncias religiosas, do mundo do trabalho, dos poderes públicos e dos âmbitos acadêmicos levam consigo e constroem noções, concepções, conteúdos de *verdade*, que é um elemento básico na defesa de qualquer idéia. Por exemplo, tanto o conteúdo religioso como o científico, defendem verdades e para isso necessitam, criam, fazem uso de espaços específicos para a produção e divulgação das mesmas. Estes espaços estão diretamente ligados às estruturas econômicas, políticas e culturais da sociedade e às formas de relações que estabelecem entre si. Assim é veiculada a “verdade” sobre gênero; como coloca Scott (1990), ela toma “a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino. [...] A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível” (p. 14-15). Foucault (1988, p. 144) diz que existe uma luta em nível geral por este regime da verdade que é essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade. Para o autor, “a verdade é um conjunto de procedimentos regulados pela produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A ‘verdade’ está ligada circularmente a sistemas que a produzem e a mantêm, e a efeitos de poder que a induzem e a prorrogam” (id, p. 145).

Uma “verdade” ainda prorrogada e veiculada socialmente é a noção de mulher frágil e passiva, denotando o feminino submisso ao masculino, também em instâncias do Estado. Trago esse exemplo para ilustrar uma dificuldade política, colocada por Judith Butler:

O poder jurídico ‘produz’ inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. [...] A crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo,

é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação. (BUTLER, 2003, p. 19)

Um aspecto a se considerar em investigações com foco na produção de subjetividades e sexualidades é a noção ilusória de sujeito agente, que pode estar nos discursos ou práticas sociais em determinado momento, considerando a mobilidade dos sujeitos e dos próprios discursos:

A existência de múltiplos discursos de gênero dentro de um mesmo contexto social significa que em muitas situações um discurso que enfatiza a natureza oposicional e mutuamente exclusiva das categorias de gênero pode existir ao lado de outros discursos que enfatizam a natureza processual, mutável e temporária da atribuição de gênero. A coexistência de múltiplos discursos, contudo, produz uma situação em que os diferentes discursos sobre gênero são hierarquicamente ordenados. O ordenamento pode ser tanto contextual como biograficamente variável, e também pode estar sujeito à mudança histórica. O resultado é que alguns discursos sobredeterminam outros, e vários discursos sub-dominantes se desenvolvem em oposição aos dominantes. (MOORE, 2000, p. 28)

Não é o que acontece com o condicionamento de classe; não há uma identidade alternativa, ou, práticas sub-dominantes paralelas, como coloca Moore. É interessante observar, nas Ciências Sociais, o atual debate sobre a intrinsecabilidade do que lá é chamado de identidades extra-econômicas – sexualidades, gênero, etnia, geração - com a questão de classe. Nas palavras de Ellen Wood,

Evidentemente, as pessoas têm outras identidades sociais além de classe, e é claro que elas têm grande capacidade de dar forma às suas experiências. Mas esse truísmo simples não aumenta o nosso conhecimento, e quase nada nos diz sobre como essas identidades deveriam ser representadas na construção de qualquer programa de emancipação – se não aprofundarmos o que essas identidades significam, não apenas o que revelam sobre a experiência das pessoas, mas também o que ocultam. (WOOD, 2003, p. 240)

O que o sistema capitalista, em geral oculta, é a cooptação de identidades e atributos; é nesse contexto que entendo a afirmação de Rubin sobre o sistema sexo/gênero cooptado, como “um conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (1986, p. 02).

A classe, como marcador social de diferença, ou, as opressões do sistema econômico são, a meu ver, um desafio para estudos de interseccionalidade, proporcional ao seu poder de determinação dos modos de vida e ao seu íntimo atrelamento aos outros marcadores sociais. Ellen Wood, (2001), coloca assim o poder estrutural do sistema econômico capitalista:

Visto que os seres humanos e a natureza – sob a forma do trabalho e da terra – são tratados, ainda que da maneira mais fictícia, como mercadorias, num sistema de mercados auto-regulados e movidos pelo mecanismo dos preços, a própria sociedade torna-se um apêndice do mercado. A *economia* de mercado só pode existir numa *sociedade* de mercado, isto é, numa sociedade em que em vez de uma economia inserida nas relações sociais, as relações sociais é que se inserem na economia. (Wood, 2001, p. 31)

Analogamente, é o que também acontece com as formas tradicionais de relacionamento afetivo sexual e de parentesco, o sistema sexo-gênero: em vez de um sistema particular, singularizado como as pessoas que singularmente estão em relação afetiva sexual, as pessoas singulares e suas relações é que, em geral, se inserem no sistema sexo-gênero heteronormativo e reprodutivo.

A meu ver, pesquisas que busquem caracterizar a (s) agência (s) humana (s) na interseccionalidade dos marcadores sociais são de extrema relevância para os Estudos de Gênero e Estudos Gays e Lésbicos, nas mais diversas áreas, para então, quem sabe, termos a oportunidade de aprender a olhar para a sexualidade humana, o mais livremente possível dos atrelamentos inibidores do desejo e de determinismos; reconhecendo a utopia, imagino nem corpos determinando a sexualidade, nem gênero indicando diferença – já somos todos diferentes – muito menos desigualdade.

4. Considerações finais

Dada a conjuntura social contemporânea, de fascismo e regressão do bem-estar social e de Direitos Humanos de modo generalizado, bem como a crescente desigualdade social – que no Brasil é estruturalmente racista com as pessoas de origem africana – a área de Educação Musical poderá se beneficiar ao se apropriar e sobre as temáticas aqui abordadas, para pensar questões como: a) em que medida uma prática musical oportuniza no sujeito a regulação da sexualidade, na intersecção dos diferentes âmbitos de identidade social? b) se e em que medida a subalternidade transita com o sujeito, ou, acompanha-o nas/pelas configurações de diferentes identidades sociais, estimulados ou inibidos pela prática musical da qual participa?

É de suma importância que formadoras/es e pesquisadoras/es da área busquem identificar, localizar e tentem caracterizar a ideologia que está na base dos discursos e outros mecanismos de opressão, justamente pelo caráter polimórfico das fontes do poder, como diz Elias (1982), o que pode ser observado na interseccionalidade dos marcadores/identidades sociais. A questão que se me apresenta é a complementaridade entre o conceito pós-



estruturalista de sujeito, a agência e a interseccionalidade, como força teórica e metodológica para observação e análise, de contextos sociomusicais concretos, escolares ou não, quando se sabe do caráter polimórfico – e muitas vezes invisível – das opressões humanas.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 237 páginas.
- BUTLER, Judith. *Mecanismos Psíquicos Del Poder: teorías sobre la sujeción*. Valencia: Ediciones Cátedra, Universidad de Valencia, 2001. 213 páginas.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge, 1993. 289 páginas.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum: feminism in the law: theory, practice and criticism*, Chicago, v. 1989, p. 139-167.
- ELIAS, N. *Sociologia Fundamental*. Barcelona: Gedisa, 1982. 216 páginas.
- ELIAS, N. *Conocimiento y poder*. Madrid: La Piqueta. 1994. 231 páginas.
- FOUCAULT, M. *La arqueologia del saber*. Mexico: Siglo XXI, 1970. 355 páginas.
- FOUCAULT, M. *Un diálogo sobre el poder*. Madrid: Alianza, 1988.
- GARCIA VASQUEZ.F. *Foucault, la historia como crítica de la razón*. Barcelona: Montesinos. España. 1995. 158 páginas.
- MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, n. 14, 2000, p. 13-44.
- ORTNER, Sherry. *Making Gender – The Politics and Erotics of Culture*. Boston: Beacon Press, 1996.
- RUBIN, Gayle. “The traffic in Women: notes on the ‘political economy’ of sex” In: **Toward Anthropology of women**. Edited by Rayna R. Reiter, Monthly Review Press, New York & London, 1975, pp. 157-210.
- RUBIN, Gayle & BUTLER, Judith. Sexual Trafico Sexual. Entrevista. *Cadernos Pagu*, n. 21, 2003, p. 157-209.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” *Educação e realidade*, Vol 16 (2), Porto Alegre, 1990, pp.5-22.
- SPIVAK, Gayatri. Can the Subaltern Speak? In: Williams, Patrick & Laura Chrisman (Eds.) **Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: a Reader**. NY and London: Harvester – Wheatsheat, 1998, p. 66-111.
- WOOD, Ellen M., “Capitalismo e emancipação humana: raça, gênero e democracia”, p. 227-242, e “Conclusão”. In **Democracia contra Capitalismo**. S. Paulo: Boitempo, 2002, (p. 243-250).
- WOOD, Ellen M. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001. 143 páginas.



Notas

¹ Atividade recente através da qual nos convocou a atual diretoria da ABEM, em encontro virtual por ela assim nominado, no canal da associação no YouTube – dia 2 de maio do corrente ano, 2020, às 15h.